

Revista da

Defensoria Pública

do Distrito Federal

VOLUME IV – Nº 03

Journal of Brazilian Federal District Public Defensorship

Dossiê Temático

Classe, raça e gênero: (re)pensando o sistema de justiça a partir das desigualdades e dificuldades de grupos socialmente vulnerabilizados

REVISTA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

Journal of Brazilian Federal District Public Defensorship

Editor-chefe da RDPDF
Alberto Carvalho Amaral

ISSN Eletrônico: 2674-5755
ISSN Impresso: 2674-5739

Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal <i>Journal of Brazilian Federal District Public Defensorship</i>	Brasília	v. 4	n. 3	p. 130	set. dez..	2022
---	----------	------	------	--------	------------	------

DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

Defensor Público-Geral

Celestino Chupel

Subdefensores Públicos-Gerais

Dominique de Paula Ribeiro

Fabício Rodrigues de Sousa

Corregedor-Geral

João Marcelo Mendes Feitoza

Ouvidora-Geral

Patrícia Pereira de Almeida

CONSELHO SUPERIOR

Ricardo Lustosa Pierre – Categoria Especial

Reinaldo Rossano Alves – Classe Intermediária

Hialamy Paz Bandeira – Classe Intermediária

Denianne de Araújo Duarte – Classe Intermediária

Gabriel Morgado da Fonseca – Classe Inicial

Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal
vol. 4, n. 3 (2022). Brasília: Defensoria Pública do Distrito Federal, 2022.

ISSN Eletrônico: 2674-5755

ISSN Impresso: 2674-5739

Quadrimestral.

Editor: Alberto Carvalho Amaral, 2019-[ATUAL]

Disponível também online: <http://revista.defensoria.df.gov.br>

1. AMARAL, Alberto Carvalho. 2. Direito. 3. Assistência Jurídica, periódico. 4. Defensoria Pública, Brasil. Escola de Assistência Jurídica

CDU 34
CDDir 340.0581

Ficha catalográfica elaborada pela Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal

Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal

Journal of Brazilian Federal District Public Defensorship

Coordenação e distribuição

Escola de Assistência Jurídica da Defensoria Pública do Distrito Federal (EASJUR)

Endereço: Setor Comercial Norte, Quadra 01, Lote G, Ed. Rossi Esplanada Bussiness, térreo
70.711-070 - Brasília/DF Tel.: (61) 3318-0287

Visite nosso site: <http://revista.defensoria.df.gov.br/> E-mail: escoladpdf@gmail.com

Diretor: Evenin Eustáquio de Ávila

Conselho Editorial

Alberto Carvalho Amaral, Defensor Público do Distrito Federal, Brasília-DF, Brasil.

Ana Luiza Barbosa Fernandes, Defensora Pública do Distrito Federal, Brasília-DF, Brasil.

Antônio Carlos Fontes Cintra, Defensor Público do Distrito Federal, Brasília-DF, Brasil.

Fernando Henrique Lopes Honorato, Defensor Público do Distrito Federal, Brasília-DF, Brasil.

Guilherme Gomes Vieira, Defensor Público do Distrito Federal, Brasília-DF, Brasil.

Reinaldo Rossano Alves, Defensor Público do Distrito Federal, Brasília-DF, Brasil.

Ricardo Lustosa Pierre, Defensor Público do Distrito Federal, Brasília-DF, Brasil.

Conselho Consultivo

Alexandre Bernardino Costa, Universidade de Brasília, Brasília-DF, Brasil.

Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy, Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, Brasil.

Bruno Amaral Machado, Centro Universitário de Brasília, Brasília-DF, Brasil.

Carlos Sávio Gomes Teixeira, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

Daniel Pires Novais Dias, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo-SP, Brasil.

David Sanchez Rubio, Universidad de Sevilla, Sevilha, Espanha.

Élida Graziane Pinto, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil.

Gabriel Ignacio Anitua Marsan, Universidad Buenos Aires, Argentina.

Jose Geraldo de Sousa Junior, Universidade de Brasília, Brasília-DF, Brasil.

Lourdes Maria Bandeira (*in memoriam*).

Nair Heloisa Bicalho de Sousa, Universidade de Brasília, Brasília-DF, Brasil.

Talita Tatiana Dias Rampin, Universidade de Brasília, Brasília-DF, Brasil.

Editor-chefe

Alberto Carvalho Amaral, Defensoria Pública do Distrito Federal, Brasília-DF, Brasil.

E-mail: editor.revista@defensoria.df.gov.br

Equipe Técnica

Layout da Capa e Diagramação

EASJUR e RDPDF

Acesso aberto e gratuito – Matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade dos autores – Citação parcial permitida com referência à fonte.

Atribuição-NonComercial-SemDerivações 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0)

Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International (CC BY-NC-ND 4.0)

Qualis CAPES (2017-2020): B1

Indexadores: CAPES / Sumários.org / EZ3 / Diadorim / Latindex 2.0 / ResearchBib / Google Scholar / Livre / Index Copernicus International / SHERPA RoMEO Jisc / CiteFactor / ACAAP / U. Porto / Redib / Academia.edu / DOAJ / Oasisbr / La Referencia / Fidmath / Biblioteca do Senado Federal / ERIH PLUS /

CORPO DE PARECERISTAS

- Ph.D. Adriane Melo de Castro Menezes (UFRR - RR, Brasil)
- Ph.D. Aline Camilla Romão Mesquita (UnB - DF, Brasil)
- Ph.D. Ana Carolina Santos Leal da Rocha Bernardes (PUCMG - MG, Brasil)
- Ph.D. Ana Miriam Wuensch (UnB - DF, Brasil)
- Ph.D. Anair Isabel Schaefer (UFRGS - RS, Brasil)
- Ph.D. Andreia Cabral Colares Pereira (PUCRS - RS, Brasil)
- Ph.D. Ângela Maria Carrato Diniz (UFMG - MG, Brasil)
- Ph.D. Álvaro Carlos Ramos Barbosa (UERJ - RJ, Brasil)
- Ph.D. Bethânia Suano Rezende de Carvalho (Universidade de Aveiro, Portugal)
- Ph.D. Carlos Henrique Rodrigues (UFSC - SC, Brasil)
- Ph.D. Cleunice Aparecida Valentim Bastos Pitombo (USP - SP, Brasil)
- Ph.D. Cristianne Fonseca Pereira Nascimento (PUGMG, MG, Brasil)
- Ph.D. Cynthia Pereira de Araújo (PUCMG - MG, Brasil)
- Ph.D. Daniel Vieira Martins (UERJ - RJ, Brasil)
- Ph.D. Edison Tetsuzo Namba (USP - SP, Brasil)
- Ph.D. Fabio Tenenblat (UFRJ - RJ, Brasil)
- Ph.D. Fernanda Castro Souza Fernandes de Oliveira (USP - SP, Brasil)
- Ph. D. Fernanda Malafatti Silva Coelho (UNIMEP - SP, Brasil)
- Ph.D. Gilda Maria Giraldes Seabra (PUCSP - SP, Brasil)
- Ph.D. Guilherme Lourenço (UFMG - MG, Brasil)
- Ph.D. Jeferson Ferreira Barbosa (Universitat Regensburg, Alemanha)
- Ph.D. João Adolfo Ribeiro Bandeira (UFCA - CE, Brasil)
- Ph.D. José Aurélio de Araújo (UERJ - RJ, Brasil)
- Ph.D. Juliana Cesario Alvim Gomes (UFMG - MG, Brasil Brasil)
- Ph.D. Juliana Ribeiro Brandão (EPD - SP, Brasil)
- Ph.D. Juliana Soledade Barbosa Coelho (UFBA - BA, Brasil)
- Ph.D. Juscelino Francisco do Nascimento (UFPI - PI, Brasil)
- Ph.D. Linair Moura Barros Martins (UnB - DF, Brasil)
- Ph.D. Lourival Novais Neto (UFRR - RR, Brasil)
- Ph.D. Luciana Stoimenoff Brito (UnB - DF, Brasil)
- Ph.D. Mauro Fonseca Andrade (UFRGS - RS, Brasil)
- Ph.D. Marcelo Romão Marineli (Univ. Mackenzie - SP, Brasil)
- Ph.D. Maria Eugênia Ferraz do Amaral Broda (USP - SP, Brasil)
- Ph.D. Mariana Alves Lara (UFMG-MG, Brasil)
- Ph.D. Marina Maria Magalhães (UnB - DF, Brasil)
- Ph.D. Marisa Dias Lima (UFU - MG, Brasil)
- Ph.D. Patricia Tuxi dos Santos (UnB - DF, Brasil)
- Ph.D. Paulo Campanha Santana (UDF - DF, Brasil)
- Ph.D. Pedro Ivo Gricoli Iokoi (USP - SP, Brasil)
- Ph.D. Regina Maria de Souza (UNICAMP - SP, Brasil)
- Ph. D. Rodrigo Uchôa de Paula (UFC - CE, Brasil)
- Ph.D. Tânia Ferreira Rezende (UFG - GO, Brasil)
- Ph.D. Vitor Moreira da Fonseca (UNILASALLE- AM, Brasil)
- Ph.D. Weber Lopes Goés (UFABC - SP, Brasil)
- M.Sc. Camila Danielle de Jesus Benincasa (USP - SP, Brasil)
- M.Sc. Olinda Vicente Moreira (Universidade de Coimbra - Coimbra, Portugal)
- M.Sc. Vinícius Alves Scherch (UENP - PR, Brasil)

Sumário

Editorial 9

Editorial

(Alberto Carvalho Amaral)

1) Violência contra mulheres indígenas: feminismo comunitário e o território-corpo como forma de resistência 13

Violence against indigenous women: communal feminism and the territory-body as a form of resistance

(Ana Claudia da Silva Abreu)

2) Reflexões sobre as consequências das decisões judiciais não fundamentadas 45

Thoughts about the consequences of unmotivated judicial decisions

(Guilherme Gomes Vieira)

3) O fundamento e a relevância das medidas de proteção social nas audiências de custódia 59

The foundation and the relevance of social protection measures in custody hearings

(Claudia Vieira Maciel de Sousa)

4) Pobreza (não) é motivo de acolhimento: um panorama do acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Distrito Federal 81

Poverty (not) is a reason for hosting: an overview of the institutional host of children and adolescents in the Federal District

(Rafaela Ventura Gomes)

5) Interseccionalidades, violência sexual e o acesso ao aborto legal 105

Intersectionalities, sexual violence and access to legal abortion

(Shyrlene Nunes Brandão)

(Alexandra de Souza Trivelino)

(Karolaine dos Santos)

Sobre os autores 125

About the authors

Regras para envio de textos..... 127

Author Guidelines

Editorial

A Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal (RDPDF) apresenta o terceiro número de 2022, composto por artigos que se debruçaram sobre o dossiê temático “Classe, raça e gênero: (re)pensando o sistema de justiça a partir das desigualdades e dificuldades de grupos socialmente vulnerabilizados”.

Cabe assinalar, inicialmente, que a Revista da DPDF foi estratificada, pela primeira vez, no Qualis Periódicos Científicos, obtendo o B1. No âmbito das Revistas gestadas por defensorias públicas, ela é a segunda melhor estratificada. E, entre esses periódicos, uma das mais recentes. Isso diz muito a respeito do trabalho, comprometimento e seriedade que, desde o início, marcam esse periódico e a busca por reflexões jurídicas críticas e que ampliem as concepções e atuações do órgão defensorial. Indiscutivelmente, iremos lembrar de 2019, de seu primeiro número e dos obstáculos que foram necessários ultrapassar para manter a continuidade e a qualidade do periódico. O que poderia ser motivo de orgulho é, mais do que isso, um sinal da necessidade de manter-se o comprometimento e os esforços para garantir a produção acadêmico-crítica de qualidade, voltada para discussões atuais e necessárias, como a que ampara este número.

A pretensão inicial deste número, que encerra o quarto volume, foi suscitar debates e produção acadêmica que se volte para a análise das influências, estruturais e estruturantes, da classe, raça e gênero no sistema de justiça, o que impacta diretamente no sistema de justiça, na justiça a que se tem acesso e à justiça que efetivamente se apresenta. Esse é um ponto central nas análises que se voltam para grupos socialmente vulnerabilizados.

Não há como se analisar os reflexos dessas categorias nos presídios, no distanciamento entre aqueles que são efetivamente capturados e punidos, enquanto pertencentes a classes sociais menos abastadas, à cor negra, ao gênero masculino, destoando da população que compõe o país. A criminalidade de rua, consubstanciada, principalmente, por delitos de roubo, furto, receptação e tráfico de drogas sem violência, preenchem as fileiras de nossos presídios, juntamente com o grande número de presos provisórios, tracejando uma característica desses estabelecimentos no controle social dos excluídos. O aumento considerável da população em situação de rua, com

carências relevantes para assegurar o mínimo essencial, com insegurança alimentar, física, psicológica, contrasta com o enriquecimento de pouquíssimos brasileiros, alçados à figura de bilionários. A persistência das agressões e diminuições contra as mulheres realça os caracteres machistas que ainda permeiam nossa sociedade, justificando o injustificável como lesões e mortes na defesa de uma fragilizada e insegura honra. E as violações a trabalhadores, mesmo quando até essa característica lhes é negada, como no abjeto delito de escravidão moderna (para nosso Código Penal, redução à condição análoga de escravo), na busca de um lucro que atropela sonhos e necessidades, fiando-se na exploração máxima e nas aberturas legais para práticas empresariais reprováveis.

Os textos que compõe esse número trabalharam tais temáticas sob diversos vieses, propiciando uma leitura ampla de fenômenos que interagem entre si e que nos desafiam, nessas conformações excludentes, para assegurar o acesso a direitos e proteção contra ilegalidades dos mais vulnerabilizados.

Ana Claudia da Silva Abreu, em *Violência contra mulheres indígenas: feminismo comunitário e o território-corpo como forma de resistência*, irá, a partir de uma abordagem do feminismo decolonial, visibilizar as diversas formas de violência a que são submetidas mulheres indígenas, como projeto de dominação colonial, racista e de desterritorialização das comunidades, que remetem à luta dos povos originários por território e recursos naturais, pugnando por um esforço comunitário para o enfrentamento efetivo a essa violência.

Em *Reflexões sobre as consequências das decisões judiciais não fundamentadas*, Guilherme Gomes Vieira discorre sobre as consequências de uma decisão judicial não fundamentada, no âmbito da teoria das nulidades, com enfoque em aspectos pragmáticos.

Claudia Vieira Maciel de Sousa, em *O fundamento e a relevância das medidas de proteção social nas audiências de custódia*, pretende debater o fundamento legal/jurídico para a adoção de medidas de proteção nas audiências de custódia, como medida de promoção de proteção social e efetiva defesa de direitos humanos.

Debater a pobreza, enquanto realidade que não autoriza o acolhimento institucional de crianças e adolescentes, é a proposta do artigo de Rafaela Ventura Gomes, *Pobreza (não) é motivo de acolhimento: um panorama do acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Distrito Federal*. A partir de pesquisa empírica, ela indica que a maioria das crianças e adolescentes acolhidos, no Distrito Federal, é de família pobre, existindo uma correlação entre pobreza, acolhimento institucional e vulnerabilidade social, o que aponta para a fragilidade do Poder Pública na efetiva tutela dessas famílias, que afeta sensivelmente as políticas sociais.

Em *Interseccionalidades, violência sexual e o acesso ao aborto legal*, Shyrlene Nunes Brandão, Alexandra de Souza Trivelino e Karolaine dos Santos discutem o aborto, enquanto pauta de direitos humanos das mulheres e de saúde pública, e da necessidade de serem implementados avanços para a efetiva construção de uma cultura de cuidado em saúde naqueles casos de gestação fruto de violência sexual.

São leituras que permitem a abertura de olhares e reflexões sobre temas que, de uma forma ou de outra, apontam para a interseccionalidade entre raça, classe e gênero, demandando, da mesma forma, articulações do sistema de justiça e da própria comunidade para a diminuição dos preconceitos, ilegalidades e desigualdades.

A *Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal* agradece, portanto, a todos(as) que nos auxiliaram em 2022, permitindo a consecução de seus objetivos e o enriquecimento teórico, acadêmico e prática da comunidade jurídica, diante de valorosos e primorosos trabalhos submetidos.

Tenham uma boa leitura!

Alberto Carvalho Amaral

Editor-chefe

Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal

Sobre os Autores

Alexandra de Souza Trivelino

Assistente Social, mestre em Política Social pela Universidade de Brasília. Atualmente é Assistente Social na Secretaria de Saúde do DF, atuando no Programa de Interrupção Gestacional Prevista em Lei (PIGL) e Preceptora de Serviço Social no Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Criança pela Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde, Fepecs/SES/DF.).

Ana Cláudia da Silva Abreu

Doutora e Mestre em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. Especialista em Ciência Criminais pela UniCuritiba. Graduada em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG. Professora de Direito Penal no Centro Universitário Campo Real, Guarapuava/PR.

Claudia Vieira Maciel de Sousa

Mestra em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça pela Universidade Federal de Rondônia (Unir/Emeron). Especialista em Jurisdição Penal Contemporânea e Sistema Prisional pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - Enfam; Especialista em Ciências Criminais pela PUC-Minas. Especialista em Direito pela Escola da Magistratura de Rondônia - Emeron. Pesquisadora no Programa de Mestrado Profissional da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - Enfam: GEPDI 6: Poder Judiciário, Direitos Fundamentais e Jurisdição Penal; Professora de Direito Processual Penal I do Curso de Especialização em Direito da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia/Emeron. Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia desde 2008.

Guilherme Gomes Vieira

Defensor Público do Distrito Federal. Professor voluntário da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília. Doutorando em Administração pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Pós-Graduado em Direito Penal e Criminologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS). Pós-Graduado em Direito Processual Civil pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP). Bacharel em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Integrante do Grupo de Pesquisa em Administração da Justiça. Membro do Grupo de Pesquisa Retórica, Argumentação e Juridicidade (UnB). Integrante Grupo de Estudos e de Pesquisa Processo Civil, Acesso à Justiça e Tutela dos Direitos (UnB).

Karolaine dos Santos Bezerra

Assistente social formada pela Universidade de Brasília no ano de 2021. Atualmente, atua como residente do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Criança da Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

Rafaela Ventura Gomes

Assistente Social graduada pela Universidade de Brasília - UnB em 2014. Servidora pública da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS/DF) desde o ano de 2017 na Carreira Socioeducativa. Especialista em Saúde Coletiva pela FIOCRUZ-BRASÍLIA. Atualmente participa do Grupo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento Humano e Socioeducação (GEPDHS) da Universidade de Brasília. Elaborou o artigo "Hospitais Universitários Federais e os Novos Modelos de Gestão" no Programa de Iniciação Científica da Universidade de Brasília (ProIc). Desenvolveu o Trabalho de Conclusão de Curso com o tema: "Pobreza não é motivo de Acolhimento - crianças e adolescentes acolhidos (as) nas instituições fiscalizadas pela Vara da Infância e da Juventude no Distrito Federal".

Shyrlene Nunes Brandão

Possui graduação em Psicologia pela Universidade de Brasília (1999), mestrado em Psicologia Clínica pela Universidade de Brasília (2001) e Pós-Graduação em Psicanálise, Perinatalidade e Parentalidade (2018) Tem experiência na área de Psicologia Social Comunitária com famílias de crianças e adolescentes em situação de risco e em situação de acolhimento institucional. Experiência da área da saúde em atendimento a gestantes, puérperas, lactantes; mulheres que manifestam o desejo de entrega do bebê para adoção e mulheres e meninas gestantes por violência sexual. Atualmente é docente no curso de Medicina do UNICEPLAC, psicóloga clínica e psicóloga da Secretaria do Estado da Saúde do DF.

Regras para envio de textos

A Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal recebe trabalhos inéditos redigidos em português, inglês, espanhol e italiano.

Os artigos devem ter no mínimo 15 (quinze) e no máximo 25 (vinte e cinco) laudas, excluídas as páginas de referências bibliográficas, redigidas conforme os padrões da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e as regras de formatação abaixo indicadas. As resenhas devem possuir de 5 (cinco) a 10 (dez) laudas.

Textos mais ou menos extensos poderão ser publicados, a critério do Editor Responsável, caso seu tamanho seja justificável.

Para assegurar a confidencialidade no momento de avaliação da contribuição, preservando o *double blind peer review*, o(s) autor(es) devem evitar realizar qualquer tipo de identificação pessoal durante o corpo do texto.

O texto deve conter:

- a) Título do artigo em português (ou no idioma em que o texto está redigido), guardando pertinência direta com o conteúdo do artigo;
- b) Tradução do título para o inglês ("TITLE")
- c) Resumo em português (ou no idioma em que o texto está redigido) com, no mínimo, 100 (cinquenta) e, no máximo, 250 (duzentos e cinquenta) palavras;
- d) Até 5 (cinco) palavras-chave em português (ou no idioma em que o texto está redigido);
- e) Abstract (tradução do Resumo para o inglês);
- f) Keywords (tradução das palavras-chave para o inglês);
- g) Referências bibliográficas ao final do texto, segundo as regras da ABNT.
- h) As citações devem ser feitas em autor-data. Deve-se utilizar nota de rodapé para informações complementares, porém relevantes, ao artigo, que devem seguir rigorosamente o padrão da ABNT, com fonte Times New Roman, tamanho 10, espaçamento simples, justificado.

Os artigos e resenhas devem observar a seguinte formatação:

tamanho da folha: A4

margens: esquerda = 2 cm, direita = 2 cm, superior = 2 cm e inferior = 2 cm

fonte: Times new roman, tamanho 12

espaço entre linhas: 1,5 (um e meio).

alinhamento: justificado.

não colocar espaço entre os parágrafos ("enter").

Título do artigo/resenha: centralizado, em caixa alta, negrito, fonte com tamanho 14.

Deve-se evitar citações diretas destacadas, apenas quando elas forem essenciais para o conteúdo da contribuição. Deverão ser incorporadas no corpo do texto, com utilização de aspas, quando não ultrapassarem 3 (três) linhas. Se possuírem 4 (quatro) linhas ou

mais, deverão ser destacadas, com recuo de 4cm, à esquerda, justificadas, com espaçamento simples entre linhas e fonte com tamanho 11.

REFERÊNCIAS

Para as referências às obras citadas ou mencionadas no texto, deve-se utilizar o sistema autor-data. A indicação do nome dos autores no texto deve ser feita de modo padronizado, mencionando-se seu SOBRENOME, ano da obra e página (p. ex: SOBRENOME, ANO, p.).

Neste sistema, a indicação da fonte é feita pelo sobrenome de cada autor ou pelo nome de cada entidade responsável até o primeiro sinal de pontuação, seguido(s) da data de publicação do documento e da(s) página(s), da citação, no caso de citação direta, separadas por vírgula e entre parênteses;

NOTAS DE RODAPÉ E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

As notas de rodapé devem ser feitas no rodapé das páginas, de acordo com as normas da ABNT. As notas de rodapé devem observar a seguinte formatação. Fonte: Times New Roman, Tamanho 10, Espaçamento simples, Justificado.

As referências completas (Referências Bibliográficas) deverão ser apresentadas em ordem alfabética no final do texto, crescente, também de acordo com as normas da ABNT (NBR-6023).

Para mais informações: <http://revista.defensoria.df.gov.br>
E-mail: revista@defensoria.df.gov.br

Author Guidelines

The *Journal of Brazilian Federal District Public Defensorship* receives unpublished works written in Portuguese, English, Spanish and Italian.

Articles must have a minimum of fifteen (15) and a maximum of twenty five (25) pages, excluding bibliographical references, in accordance with the ABNT (Brazilian Association of Technical Norms) standards and the formatting rules listed below. Book reviews should be from five (5) to ten (10) pages.

At the discretion of the Editor, longer or shorter texts may be published.

To ensure confidentiality at the time of contribution evaluation, preserving the double-blind review, the author (s) should avoid any type of identification in the body of the text.

The text should contain:

- a) title of the article in Portuguese (or in the language in which the text is written), maintaining direct relevance to the content of the article;
- b) Translation of the title into English;
- c) Abstract in Portuguese (or in the language in which the text is written) with a minimum of 100 and a maximum of 250 words;
- d) Five key words in Portuguese (or in the language in which the text is written);
- e) abstract (translation of the abstract into English);
- f) Five keywords (translation of key words into English);
- g) Bibliographical references at the end of the text, according to ABNT rules.
- h) The citations should be made in the author's data. A footnote should be used for essential information to the article, which must strictly follow the ABNT standard, with font Times New Roman, size 10, single spacing, justified.
- i) citations should be avoided in the body of the text, especially transcriptions.

Articles and revisions should note the following formatting:

- Sheet size: A4
- Margins: left = 2 cm, right = 2 cm, upper = 2 cm and lower = 2 cm
- Source: Times New Roman, size 12
- Line spacing: 1.5 (one and a half).
- Alignment: Justified.
- Do not place spaces between paragraphs.

Title of the article / review: centralized, uppercase, bold, font size 14.

The quotes should be avoided. Use it only when they are essential to the content of the contribution. They should be incorporated in the body of the text, with the use of quotation marks, when they do not exceed 3 (three) lines. If they have 4 (four) lines or more, they should be highlighted, with a 4cm indentation on the left, justified, with single line spacing and font size 11.

REFERENCES

For references to works cited or mentioned in the text, the author-date system (APA) must be used. The name of the authors in the text should be made in a standardized way, mentioning their SURNAME, year of the work and page (eg SURNAME, YEAR, p.). In this system, the indication of the source is made by the last name of each author or by the name of each responsible entity until the first punctuation mark followed by the publication date of the document and the page (s) of the citation , in the case of direct quotation, separated by commas and in parentheses;

FOOTNOTES AND BIBLIOGRAPHICAL REFERENCES

Footnotes should be made at the bottom of the pages, according to ABNT standards. Footnotes should note the following formatting. Source: Times New Roman, Size 10, Simple Spacing, Justified.

The complete references (Bibliographical references) should be presented in alphabetical order at the end of the text, increasing, also according to ABNT norms (NBR-6023).

More information: <http://revista.defensoria.df.gov.br>

E-mail: revista@defensoria.df.gov.br